



Received May 26, 2008/ Accepted July 5, 2008

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A UTILIZAÇÃO DA EAD COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

José Matias-Pereira

School of Economics, Administration,
Accountancy and Information Science
University of Brasilia – Brazil
E-mail: matias@unb.br

Abstract

Title: Public Policies of Education in Brazil: The Use of EaD as Instrument for Social Inclusion

The present article searches to analyze - from the debate on the theory and the concept of education in the distance - the possibilities of intensive use of the EaD, in the context of the new public politics of education, as instrument of social inclusion in Brazil. It is verified, in this analysis that education in the distance, in a context where the continued learning started to be part in the life of the people, is presented as an important tool in the process of construction of public politics of education in the country. We conclude that, in the management of the public politics of education in the distance in Brazil must be advanced in the consistent construction of one arcabouço institucional and in the generation of stimulaton to the research in EaD, with sight to contribute for an increasing social inclusion in the country.

Keywords: Public education in the distance, public politics, social inclusion, management, Brazil.

Resumo

Temos como objetivo analisar – a partir do debate sobre a teoria e o conceito de educação a distância – as possibilidades de utilização intensiva da EaD, no contexto das novas políticas públicas de educação, como instrumento de inclusão social no Brasil. Nesse esforço buscamos analisar os aspectos mais sensíveis e a validade da utilização do ensino a distância, num país de perfil continental e marcado pela diversidade, em um contexto onde a aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas. Ficou razoavelmente evidenciado que a EaD se apresenta como uma ferramenta importante no processo de construção de políticas públicas de educação no país. Concluímos que, as políticas públicas de educação a distância no Brasil, em que pesem as limitações assinaladas, estão contribuindo de forma efetiva para uma crescente inclusão social no país.

Palavras-chave: Educação a distância, políticas públicas, inclusão social, gestão, Brasil.

Introdução

O uso de técnicas de educação a distância não é uma novidade no mundo. No final do século XIX, os agricultores europeus já utilizam esse sistema com vista a ensinar a plantar e cuidar do rebanho bovino, objetivando a elevação da produtividade. A introdução das novas tecnologias de comunicação, em particular a internet, está contribuindo para a potencialização do conceito de EaD. Nesse sentido, assinala Peters (2001) que, tendo suas origens localizadas ao redor da década de 30 do Século XIX, o ensino à distância foi consolidado historicamente, enquanto cultura educacional, em grandes universidades européias, em especial na Inglaterra e na Alemanha, há cerca de três décadas.

A educação a distância (EaD), na sua essência, é um sistema tecnológico de comunicação bi-direcional (ARETIO, 1986, 1996, 1997). Trata-se, em geral, de uma educação disponibilizada para um grande número de pessoas. Essa forma de educação substitui a interação pessoal entre professor e aluno na sala de aula, como meio preferencial do ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes. Sustenta aquele autor, ao tratar do aspecto bidirecional da comunicação nos cursos de EaD, que essa relação dialógica, interativa entre o professor-tutor e seu aluno, se apresenta como um fator essencial para o sucesso dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância.

O debate sobre o papel da educação em uma sociedade de caráter acentuadamente multicultural é recente, tanto em nível nacional como internacional. A gênese dessa preocupação é motivada por distintas razões em termos: sociais, políticos, ideológicos e culturais, nos diferentes contextos onde está aflorando com maior intensidade, em especial na Europa, Estados Unidos e América Latina (BECKER, 1975). Nesse cenário de transformações, a concepção da escola, suas funções e relações com a sociedade, o conhecimento e a construção de identidades pessoais, sociais e culturais se encontram em questionamento.

Observa-se, por sua vez, que a ciência da educação sofreu nas últimas décadas uma significativa evolução, pressionada pelas rápidas mudanças em curso no mundo contemporâneo. Os avanços e transformações nos campos da economia, da cultura e da ciência, tecnologia e inovação impactaram fortemente na aprendizagem. O aprender e ensinar incorpora os novos conhecimentos produzidos nos campos da psicologia, biologia genética, inteligência artificial, nanotecnologia, entre outras (MATIAS-

PEREIRA, 2007a). Feitas essas considerações, entendemos relevante incluir neste debate o papel da educação a distância como ferramenta de suporte às políticas públicas de educação superior no Brasil.

No mundo contemporâneo, o acesso à informação e à educação tornou-se uma necessidade premente, em que pese os dois universos ser distintos. Na atualidade, é essencial para o sucesso dos indivíduos e das organizações saberem trabalhar bem com as informações. O esforço para assimilar o imenso volume de informações que circulam por todos os meios fez com que estudar deixasse de ser uma fase na vida das pessoas para se tornar um processo continuado.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar – a partir do debate sobre o conceito de educação a distância – a oportunidade da utilização intensiva da EaD na definição das novas políticas públicas de educação, como instrumento de inclusão social no Brasil. Em termos de objetivos específicos, busca-se: fazer uma análise das principais teorias de EaD, dos paradigmas educacionais e do paradigma tecnológico; referenciar as experiências bem sucedidas em educação a distância no Brasil; fazer uma abordagem sobre as políticas públicas de educação a distância; e, uma avaliação das motivações da criação da Universidade aberta do Brasil e do seu projeto piloto: curso de graduação em administração a distância.

Para diversos autores, como por exemplo, Baker (2004), Schwartzman (2006), dentre as políticas sociais, a educação ocupa posição especial. Esta posição de destaque não se restringe às teorias de capital humano - que atribuem à educação um papel fundamental para o desenvolvimento econômico -, mas também pela constatação mais recente de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida.

Sustenta Schwartzman (2006, p. 3), que apesar do consenso que existe a respeito da importância da educação, “há muitas dúvidas sobre o que fazer nesta área, tanto no que se refere à educação formal convencional, na escola fundamental e média, quanto, sobretudo, a outras modalidades, como a educação pré-escolar, a educação de jovens e adultos, a educação continuada, e o uso de novas tecnologias para a transmissão de conhecimentos; existe também muita controvérsia a respeito do que fazer em relação a educação superior.”

Torna-se relevante destacar que a educação tem a finalidade em si mesma, razão pela qual deve preocupar-se com as questões mais relevantes para a sociedade, como: a

construção da cidadania, a leitura do mundo, a habilidade do pensamento e rigor da ciência, o desenvolvimento do senso estético, a construção do senso crítico e da utopia. Na busca para atingir esses objetivos, o país necessita de contar com um sistema de ensino superior bem estruturado. As deficiências e fragilidades apontadas na literatura acadêmica e nas avaliações recentes do sistema superior brasileiro (INEP/MEC, 2007) mostram que o sistema de formação universitária não está conseguindo cumprir o seu papel da forma adequada.

1.2 Metodologia da Investigação

Apesar de existir há mais de 150 anos no mundo, somente nas duas últimas décadas a educação a distância se tornou alvo de estudos e pesquisas acadêmicas, de forma sistematizada (MAIA e ABAL, 2001). Nesse sentido, temos como motivação neste estudo os seguintes aspectos: i) a educação a distância apresenta-se como um tema relativamente novo em termos de educação superior no país; e ii) a importância de se construir uma massa crítica no que se refere à EaD no Brasil. Assim, entendemos que esta pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, apresenta-se como uma contribuição para elevar o nível de conhecimento na área de EaD, além de permitir o surgimento de novas idéias e descobertas.

A partir das reflexões e considerações, torna-se possível formular a seguinte pergunta de trabalho: a educação a distância se apresenta como uma ferramenta relevante para apoiar a implantação de políticas públicas de educação inclusivas no Brasil?

Partimos do pressuposto que, a utilização da ferramenta EaD permite incluir, por meio da oferta de oportunidade de educação da qualidade, um grande número de pessoas que estão distantes de centros de formação, e que estão impossibilitadas de frequentar os ambientes presenciais. A educação a distância, nesse contexto, é aceita como a ferramenta mais adaptável para atender a demanda de um enorme contingente da população do país que já se encontra em idade adulta, em atividade profissional, ou impossibilitada de se locomover. São pessoas que não podem frequentar o ensino presencial, pois não dispõem das condições adequadas para isso.

Nesse sentido, destaca Peters (1998, 2001) que não estamos lidando com um processo de transição no campo da educação, mas com transformações rápidas e abruptas que envolvem mudanças de paradigma. Observa-se, assim, que o principal desafio da educação a distância é o mesmo que enfrenta a educação presencial: elevar o nível de formação em distintos níveis, em especial no nível de formação universitária que está propiciando a população, bem como estimular a pesquisa com vista a avançar nessas melhorias.

Metodologicamente iremos aprofundar a análise sobre o uso intensivo das novas tecnologias, caracterizadas pela interatividade e pela sua capacidade de uso individualizado, o uso da ferramenta EaD como suporte relevante para ampliar a oferta de educação no Brasil; e os aspectos mais relevantes que envolvem a formulação e implementação de políticas públicas na área de educação no Brasil.

Assim, buscamos neste estudo contribuir para uma melhor compreensão sobre a relevância das políticas públicas de EaD, e como elas podem inserir-se para apoiar as mudanças sócio-econômicas do país, especialmente como mecanismo de inclusão social. Nesse sentido é importante destacar que, a educação deve ser entendida como parte integrante de um elenco de políticas públicas e sociais que estão sendo implantadas no Brasil.

2 Teoria da Educação a Distância

No debate sobre a educação a distância, torna-se essencial destacar a relevância da contribuição de inúmeros estudiosos do assunto, no esforço de construir uma teoria da educação a distância. Nesse sentido, classifica Keegan (1991), três grupos as contribuições dos estudiosos no campo teórico da EAD:

- a) Teoria da Autonomia e da Independência. Esta teoria, formulada por Michael G. Moore (1989) e Charles A. Wedemeyer (1981), possui quatro fatores básicos: autonomia, distância, estrutura e diálogo.
- b) Teoria da Industrialização. Proposta por Otto Peters (1998), que desenvolveu estudos que sinalizam para a assimilação de pressupostos da era industrial por parte da estrutura da educação à distância.
- c) Teoria da Interação e da Comunicação. Esta teoria tem como base os estudos de Börje Holmberg (1985a, 1985b e 1996), de forma especial, no estudo “Educação a distância: situação e perspectivas (1985a)”, que enfoca os diferentes aspectos e possibilidades da EaD. Nos seus estudos Holmberg apresenta como eixo central de sua teoria a EaD como um método de conversação didática guiada, orientada para a aprendizagem.

Observa-se que, as restrições no que se refere ao reconhecimento da EaD como um processo de ensino-aprendizagem de qualidade é decorrente, entre outros aspectos, da implementação de projetos apoiados sob a ótica do mundo empresarial ou de mercado. O atraso na implantação dessa modalidade de ensino no Brasil contribuiu fortemente para as carências de políticas públicas em EaD, bem como pela falta de estrutura de fiscalização consistente e adequação à realidade do país. Assim, enquanto no Brasil ainda estamos debatendo a validade da avaliação e formação por meio desse processo, a EaD já se encontra adequadamente difundida e consolidada na maioria dos países desenvolvidos.

2.1 Teorias Construtivista na Educação a Distância

A Teoria Construtivista apresenta-se como a mais adequada para apoiar as discussões, e em especial, os argumentos utilizados ao longo deste estudo. As bases do construtivismo estão nas pesquisas de Jean Piaget sobre a construção do conhecimento, pesquisas estas denominadas de “Epistemologia Genética” ou “Teoria Psicogenética”. Destacam-se, além de Piaget, diversos autores, como por exemplo, Emília Ferreiro, Lauro de Oliveira Lima, Vygotsky, Wallon, Constance Kamii.

Piaget (1972, 1990) e Vygotsky (1989, 1994), pais da psicologia cognitiva contemporânea, propõem que conhecimento é construído em ambientes naturais de interação social, estruturados culturalmente. Para a teoria construtivista, o verdadeiro conhecimento, ou seja, aquele que utilizamos, é fruto de uma elaboração (construção) pessoal, resultado de um processo interno de pensamento, durante o qual o sujeito coordena diferentes noções entre si, atribuindo-lhes um significado, organizando-as e relacionando-as com outras anteriores. Essa forma de aprendizagem, além de propiciar novos conhecimentos, mobiliza o funcionamento intelectual do indivíduo. Dessa forma, facilitando-lhe o acesso a novas aprendizagens.

Nesse sentido, sustenta Becker (1994) que, no construtivismo, o conhecimento é uma construção, contra os (neo) behavioristas, nos quais o conhecimento é reflexo do mundo exterior gravado na mente do sujeito por intermediação da linguagem, e os socio-biólogos, o conhecimento está em grande parte determinado pelos genes. Para aquele autor, ser construtivista é realizar uma teoria articulada dessa visão de mundo e produzir uma prática coerente com essa teoria em todos os níveis da vida.

3 Transformações na Modalidade de Educação a Distância

A educação a distância surgiu no final do século XIX, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Essas atividades de EaD foram realizadas por instituições particulares, cujos cursos se realizavam por correspondência e subordinados a temas de fraco valor acadêmico, sendo o público-alvo composto quase exclusivamente por estudantes que haviam fracassado no ensino dito tradicional. Essa origem da formação a distância é responsável pela conotação negativa associada a essa modalidade de ensino que ainda subsiste na atualidade (LITWIN, 2001).

Para Ryan et al (2000) as transformações sociais aceleradas, nomeadamente o desenvolvimento tecnológico, e a necessidade da rápida circulação da informação vêm alterar as perspectivas de formação. Isso tem exigido um número

cada vez maior de trabalhadores polivalentes, capazes de investir na sua própria formação, de modo a acompanhar o progresso. Em resposta a isso, o cidadão terá de ser capaz de se adaptar a novas realidades e, em especial, de aprender a desempenhar novas tarefas de uma forma rápida e eficiente. Rosenberg (2001), por sua vez, descreve estratégias de desenvolvimento de programas de *e-learning* orientados principalmente para o mundo empresarial.

3.1 Características dos Modelos de Ensino Presencial e a Distância

É importante ressaltar, seja na educação a distância acadêmica ou na presencial, que é essencial organizar processos de ensino-aprendizagem adaptados para cada tipo de curso, bem como para cada tipo de aluno. Observa-se, de um lado, que uma parcela de alunos necessita atuar em forma de interação, pois não conseguem trabalhar de forma isolada, apenas com o computador. De outro lado, temos os alunos com elevado nível de maturidade e avançado no nível de aprendizagem, que responde de forma adequada ao processo de aprendizagem individualizada ou para a colaborativa. Assim, temos alunos com perfil para estudar no sistema de educação presencial, bem como temos alunos que possuem as características para a educação a distância.

No debate e avaliação das características dos modelos de ensino presencial ou a distância, pode-se constatar que eles, em que pese as suas especificidades, possuem uma profunda tendência de convergência e complementaridade. Assim, fica evidenciado que nessa discussão não deve estar em questão se um modelo é melhor do que o outro. Deve-se destacar que a definição do que é melhor, no contexto de um modelo de ensino, fica na dependência de diversos outros fatores, em especial: as características individuais dos envolvidos e o contexto no qual ele está inserido, a metodologia utilizada, a tecnologia, a infra-estrutura, entre outros.

A literatura acadêmica recente evidencia, por sua vez, que a educação a distância democratiza o acesso à educação, na medida em que, com menor custo, possibilita atender alunos que se encontram dispersos geograficamente, e localizados em cidades onde não existam instituições de ensino convencionais (ARETIO, 2004). A EaD permite, ainda, uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência dos alunos, que não necessitam se deslocarem do seu ambiente de trabalho ou de suas residências.

4 Políticas Públicas de Educação no Brasil

A política compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. As políticas públicas

- com destaque para as áreas de economia, trabalho, saúde, educação, segurança, sócio-ambiental, ciência e tecnologia e inovação -, são ações e medidas adotadas pelo Estado para atender as demandas da sociedade. As políticas públicas, no seu processo de estruturação, devem seguir um roteiro claro de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes delineadas nas normas constitucionais. Esses esforços buscam suprir as necessidades da sociedade em termos de distribuição de renda, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal.

Deve-se ressaltar que, nas sociedades complexas, onde ocorrem conflitos e interesses de diferentes matizes, especialmente de classe, as políticas públicas decorrem do embate de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são produzidas pela interação de distintos atores e grupos de pressão que disputam o Estado. Os principais atores, nesse cenário, são os políticos e os partidos políticos, os segmentos empresariais, os sindicatos, as organizações não governamentais, entre outras.

Para diversos autores, como por exemplo, Matias-Pereira (2005, 2007a), as políticas públicas têm sido definidas e implantadas como uma resposta do Estado para atender as demandas que surgem a partir dos anseios da população. Essas políticas podem ser traduzidas como uma manifestação efetiva dos governantes de atuar numa determinada área no longo prazo. Por sua vez, o processo de aprimoramento das políticas públicas, em especial no campo da educação, depende dos esforços de acompanhamento e avaliações sistemáticas. A desatenção nessas áreas sujeita essas políticas públicas à fragilidade e a descontinuidade.

No caso específico deste estudo, o foco está concentrado nas políticas públicas de educação a distância. A preocupação em debater o tema da educação a distância no contexto das políticas públicas contemporâneas de inclusão social exige que a análise seja orientada para as questões relacionadas às mudanças nos conceitos e na forma de implantação das políticas educacionais que vêm sendo definidas para o país.

5 Construção de Políticas Públicas em Educação no Brasil

Observa-se que a educação vem assumindo papel de relevo no elenco das políticas públicas no país, especialmente a partir da década de noventa, quando se tem início a intensificação do discurso e das propostas que visam garantir educação para todos. Verifica-se, nesse cenário, que o texto constitucional de 1988 reafirmou a educação como um direito de todos, definindo a quem cabe a

responsabilidade por sua promoção e incentivo, e estabelecesse seus fins (MATIAS-PEREIRA, 2007b).

Dessa forma, a Constituição de 1988 definiu o tema educação da seguinte forma:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

5.1 Bases Legais da Educação a Distância

As bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, que foi regulamentada pelo Decreto nº. 5.622, de 2005 (publicada em 20.12.05).

Assim, encontram-se em estruturação novas políticas públicas de educação a distância no Brasil, tendo como referência a regulamentação da EaD (Decreto nº. 5.622, de 2005) e a criação da Universidade Aberta do Brasil. A criação da UAB permitiu a abertura de editais para implantar centenas de pólos nos municípios do país, bem como a priorização da utilização da EaD como principal ferramenta para a formação de professores em todo o território nacional e o fomento à pesquisa na referida área.

É perceptível, nesse cenário, que os desafios para a construção de um modelo consistente de políticas públicas de educação a distância no Brasil são significativos, diante da amplitude e complexidade do problema a ser resolvido. Entre esses desafios, inclui-se a necessidade de se fazer uma regulação que garanta qualidade, sem inibir por demais uma área nascente e com enorme potencial, respeitando as realidades regionais e entendendo, ao mesmo tempo, que a educação a distância carrega consigo uma nova noção de territorialidade. Levar em consideração, também, as iniciativas de qualidade que já existem, bem como introduzir e incentivar que se incorporem novas tecnologias educacionais em todos os níveis, especialmente nos chamados cursos presenciais (MOTA, 2007).

Os dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC/INEP, 2007) indicam que o Brasil possui 1,2 milhão de alunos que frequentam cursos de educação a distância. Observa-se que essa modalidade de ensino vem crescendo, apoiada nos avanços tecnológicos, em especial da Internet. Nesse sentido, torna-se relevante o debate conceitual dessa modalidade de ensino, bem como assinalar algumas medidas que estão sendo adotadas para incluir esse

segmento na construção das políticas públicas de educação no Brasil.

Os avanços da educação a distância no Brasil podem ser constatados em algumas experiências bem sucedidas (MOTA, 2006), como por exemplo, a experiência do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro -Cederj, orientada para a interiorização e formação de professores; a experiência da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, em relação à formação de professores em exercício; a experiência da Universidade Anhembi-Morumbi, no que diz respeito à incorporação dos 20% que pode ser a distância nos cursos presenciais; a experiência da FGV (Fundação Getúlio Vargas) on-line. A Unisul, de Santa Catarina, é uma experiência bem sucedida de universidade comunitária, além da Universidade Corporativa do Banco do Brasil.

5.2 Ofertas da Educação a Distância na Educação Presencial

A possibilidade de ampliar a oferta de educação a distância nas instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, em termos legais, foi concretizada por meio da Portaria do Ministério da Educação nº. 2253, de 2001. Essa norma legal – que definiu que até 20% das disciplinas do curso presencial poderiam ser ofertadas na modalidade a distância - permitiu que se legalizasse a utilização isolada de disciplinas a distância nas instituições de ensino superior. Registre-se que inúmeros professores já ofertavam esses conteúdos, e que poderiam vir a ser contestadas judicialmente, na medida em que estavam sem realizadas em cursos estruturados para ser presencial.

Assim, a referida portaria do MEC, ao regulamentar os vinte por cento em EaD, contribuiu para elevar as oportunidades para que um grande número de professores e instituições, que trouxeram para o ensino presencial a experiência de gerenciar atividades a distância. Criou-se dessa forma, um novo espaço de ensino e aprendizagem virtual complementar ao da sala de aula, além de acelerar a utilização da EaD nas instituições de ensino superior e nas escolas do país.

Observa-se que, as instituições de ensino superiores vêm optando por duas alternativas distintas: o voluntarismo ou o planejamento pontual, no que se refere a oferta dos vinte por cento a distância. Na alternativa voluntarista, a instituição não interfere no processo de adesão dos professores no que trata da utilização de atividades virtuais. Neste caso apenas os professores mais flexíveis e motivados passam a adotar a EaD. Este processo é perceptível nas universidades públicas, nas quais existe uma rigidez e enormes dificuldades para mudar um projeto pedagógico.

Nessas instituições de ensino as iniciativas de mudança tendem a ser mais individuais do que institucionais.

Por sua vez, inúmeras outras instituições passaram a disponibilizar disciplinas específicas no ambiente virtual, em especial aquelas em que os alunos tinham maiores dificuldades, como por exemplo, as dependências, recuperações, reprovações. Dessa forma o professor passou a atuar nos esforços para tirar dúvidas e como avaliador final, o que contribuiu para amenizar os problemas de espaço, de alocação de alunos em novas turmas, bem como para reduzir os custos. Em síntese, essas mudanças permitiram aumentar a flexibilidade de organização curricular, liberação de alguns horários ou dias de aula, e maior economia para a universidade.

Os resultados alcançados com essas mudanças na oferta de EaD está estimulando que inúmeras instituições federais e estaduais de ensino superior (IPES) avancem na criação de infra-estruturas de apoio técnico-pedagógico para a utilização da Internet como suporte às atividades dos cursos presenciais. Estudos empíricos recentes (MATIAS-PEREIRA et al. 2007) revelam que a tendência é que todos os professores passem a exigir que as IPES disponibilizem na sala de aula equipamentos e ferramentas de suporte, como por exemplo, projetor multimídia, acesso à Internet, ambientes virtuais de aprendizagem e de equipe de apoio técnico-pedagógica.

Nesse processo, existem indícios de que as universidades deverão ampliar o nível de flexibilização dos seus currículos, com vista a diminuir a carga horária média das aulas presenciais e ampliar as aulas a distância. Encontrar esse ponto de equilíbrio entre o presencial e o virtual, irar variar de instituição para instituição, bem como de cada área do conhecimento. Existem disciplinas, por exemplo, que exigem uma maior presença física, tanto do professor como do aluno, como é o caso, por exemplo, daquelas que necessitam utilizar laboratório ou interação corporal (ARETIO, 1997).

6. Estatísticas da educação no Brasil

Em que pese à história da universidade brasileira não ter sido a mesma de suas congêneres da América Latina, visto ter sido implantada tardiamente, verifica-se que nas últimas quatro décadas o Brasil passou por uma expansão pouco vista em outros países em desenvolvimento. O país contava, em 2003, com 3,9 milhões estudantes em 16.453 cursos de graduação, com crescimento de 11,7 por cento em relação ao ano de 2002. As 207 instituições públicas foram responsáveis por 7,8% e as 1.652 privadas, por 18% do referido aumento. Vale destacar que o número de vagas oferecidas nas instituições de ensino superior, em 2003,

ultrapassou pela primeira vez o de concluintes do ensino médio regular em 2002, sendo de 12,9% o crescimento total da oferta de vagas (MEC/INEP, 2004).

Quanto às funções docentes, estavam em exercício nas instituições brasileiras, em 2003, 254.153 profissionais, sendo nas públicas 88.795 (39,5% são doutores e 27,3% mestres) e nas instituições privadas, 165.358 (com doutorado, 11,8% e com mestrado, 39,4%).

A desigualdade no atendimento a população que deseja cursar uma instituição de ensino superior pode ser constatada, quando se comprova que apenas 20 municípios dos cerca de 5.600 concentram 45% do total de alunos, ou seja, 1.578.222. Apenas duas das cidades - São Paulo e Rio de Janeiro - detêm, respectivamente, 377.471 (10,8%) e 236.644 (6,8%) do total dos estudantes (MEC/INEP, 2004).

6.1 Indicadores da educação superior

Os elevados níveis de privatização da educação superior no Brasil, e pela concentração de matrículas nas ciências sociais, negócios e direito, se apresentam como os principais gargalos nas definições de políticas públicas para a educação superior brasileira.

Os dados publicados sobre a distribuição de cursos superiores por áreas do conhecimento (MEC/INEP, 2007), indicam que as áreas de ciências sociais, negócios e direito concentram o maior percentual de cursos superiores: 31,2% (8.059). Das outras sete grandes áreas do conhecimento existentes na educação superior no Brasil, a de educação é a que tem a segunda maior participação, com 29,2% (7.539), em seguida vêm ciências, matemática e computação com 11% (2.842 cursos), e saúde e bem-estar social com 10,5% (2.718). Constata-se, assim, que cerca de 70% desses cursos estão concentrados em direito, administração, educação e humanidades e artes, enquanto as engenharias de produção e construção detêm apenas 4,9% dos cursos.

Esses dados indicam que existem sérias distorções na prioridade de investimento do setor privado, que é o responsável por 73% das matrículas no ensino superior no país. Os dados divulgados pelo *Global Education Digest - 2006* (UNESCO, 2006), indicam que a participação do setor privado na educação superior é inferior a 25% nos Estados Unidos e menos de 10% no Canadá. Por sua vez, observa-se que o segmento privado vem concentrando suas ofertas de cursos em áreas do conhecimento com custos de implantação baixos. Isso é agravado, também, pelo baixo desempenho da economia nas últimas décadas, o que tende a contribuir para reduzir a demanda por cursos das áreas tecnológicas. Por sua vez, o poder público vem reduzindo a sua capacidade de investimento na área, apesar dos gastos elevados por aluno no ensino superior.

A literatura científica evidencia empiricamente, de um lado que, a heterogeneidade de distribuição de capital humano entre as famílias tende a desaparecer se a educação for um bem público inteiramente financiado pelo Estado. Por outro lado, sendo a educação ofertada pelo setor privado a heterogeneidade inicial do capital humano tenderá a persistir no tempo (BAKER, 2004).

6.2 Indicadores da Educação a Distância

Com base no Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABED, 2005), o país contava em 2004 com 166 instituições federais, municipais e estaduais credenciadas oficialmente para ministrar cursos a distância. Em 2004, 309 mil pessoas foram educadas através dessas instituições, em apenas algumas modalidades de ensino.

O número de estudantes por EaD nos níveis de graduação e pós-graduação aumentou em mais de 100% de 2003 para 2004. E desde o ano 2000, esse número cresceu mais de 90 vezes em algumas modalidades educacionais. A região Sudeste é a que abriga o maior número de instituições credenciadas, somando 54% de todas as universidades que oferecem EaD no Brasil. 53% é a quantidade de alunos a distância só nessa região. O Nordeste tem o segundo maior grupo, com 18,7% do total de alunos, seguido pela região Sul, com 17%.

6.3 Procedimentos para Avaliação de Cursos de EAD

A relevância da EaD está evidenciada em diversas medidas institucionais que estão em curso na área. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais desenvolveu recentemente instrumentos de avaliação em EaD a partir do referencial de qualidade. Os referidos instrumentos de avaliação do INEP para educação superior a distância inserem-se no ordenamento legal vigente que permitirá operacionalizar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu a avaliação das instituições de educação superior, de cursos e do desempenho dos estudantes de forma integrada.

Homologados pelas portarias do MEC nºs. 1047, 1050 e 1051, de 08 de novembro de 2007, os instrumentos de avaliação serão utilizados pelo INEP para o credenciamento de instituições para oferta de EaD, credenciamento de pólos de apoio presencial e autorização de cursos na modalidade a distância. Essas portarias tratam, respectivamente, da sistemática de credenciamento de instituições para a oferta da modalidade de EaD; credenciamento de pólos de apoio

presencial para EaD; e, autorização de cursos para oferta na modalidade de EaD.

7 Fundamentos da criação da Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Aberta do Brasil, criada no âmbito do Ministério da Educação, em 2005, é parte integrante desse esforço no campo da estruturação de políticas públicas em EaD. A UAB tem como objetivo estruturar um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, para sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas. Propõe-se a ampliar e interiorizar a oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil, apoiado numa parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), e conta com a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas (MOTA, 2007b).

Observa-se que o modelo da UAB tem como referência a experiência espanhola da Universidad Nacional de Educación a Distancia, mas não está orientada para reproduzir os modelos da UNED. Tem a UAB, também, uma forte interação com a The Open University (Reino Unido). Assim, o modelo da Universidade Aberta do Brasil é um modelo em construção, com ligações com outras experiências internacionais.

O programa tem como objetivo a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino público superior e gratuito no país, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino. Registre-se que, o programa não é uma nova universidade, mas uma nova experiência que congrega o conjunto das atividades das universidades e dos Cefets.

O programa Universidade Aberta do Brasil (regulamentado pelo Decreto nº. 5800, de 08 de junho de 2006), propõe-se a disponibilizar 80 mil vagas em 2007 em cursos de graduação, especialização e aperfeiçoamento na modalidade de educação a distância. Os cursos estão sendo ofertados em 297 municípios pelas 47 IFES que decidiram colaborar com a UAB; destas, 36 são universidades e 10 são CEFETs e uma é uma instituição de pesquisa, a FIOCRUZ, que, em 2007, oferecerá dois cursos especializados em muitos municípios brasileiros.

A criação da UAB e os estímulos que estão sendo gerados para promover um crescente envolvimento das instituições públicas de educação superior com a EaD são medidas importantes no campo das políticas públicas no país. É a partir dessas políticas públicas de educação a distância que

tem início um processo de democratização do acesso à educação continuada. Isso ocorre por meio da oferta de oportunidade de educação de qualidade para pessoas que estão distantes de centros de formação, impossibilitadas de frequentar os ambientes presenciais e para os tem alguma dificuldade de locomoção.

7.1 O projeto piloto da Universidade Aberta do Brasil

Destaca-se, no conjunto dessas ações para realizar as políticas públicas de educação a distância, a escolha do projeto piloto da Universidade Aberta do Brasil do curso de graduação em administração a distância, que teve início em junho de 2006 e deverá ser concluído em dezembro de 2010. Além de um currículo único no país, com duração de quatro anos e meio (nove semestres), observa-se no projeto político pedagógico do citado curso a transformação do binômio ensino/pesquisa em trinômio ensino/pesquisa/prática profissional. Essa inovação visa à integração do estudante no corpo social como elemento ativo, participante na criação do conhecimento. Dessa forma, o aluno deixa de ser um mero receptáculo desse conhecimento.

O projeto-piloto do curso conta atualmente com 13 mil alunos, numa rede de 25 universidades públicas de educação superior (federais e estaduais). Torna-se importante destacar que as aulas do curso de graduação em administração a distância, conforme definido no projeto político pedagógico do curso, em sua maioria são virtuais (80%) e as restantes são presenciais (20%). Isso vem exigido dos alunos uma forte dedicação ao cumprimento das exigências de aprendizagem dos conteúdos das matérias e tarefas, de forma disciplinada, todos os dias. Especial atenção está sendo dada às avaliações dos alunos e do curso – uma das etapas sensíveis do processo de educação a distância –. Esses esforços visam elevar a qualidade de sua formação acadêmica, o que tem exigido que eles passem por um processo rígido, tanto no ambiente virtual como sob a forma presencial (provas).

Os resultados das avaliações do curso de graduação em administração feitas no conjunto das instituições públicas de ensino superior – federais e estaduais –, integrantes do consórcio do projeto-piloto da UAB/MEC, demonstram a validade das avaliações feitas para aprimorar o processo de gestão do curso (MATIAS-PEREIRA et al, 2006, MATIAS-PEREIRA, 2007a). Registram-se, por sua vez, algumas limitações do método usado que precisam ser apontadas. Inicialmente, deve ser lembrado que as respostas a questionários possuem alto grau de subjetividade pelo diferente entendimento das pessoas em relação às escalas. Além disso, embora os coordenadores do curso de ADM-EaD tenham muito a contribuir em termos de críticas e

sugestões, em muitos casos, eles não têm os conhecimentos e as experiências necessárias.

Ficou evidenciado, também, com base nas avaliações do referido curso de graduação em administração a distância, que, a partir de um modelo de gestão adequado, é possível ministrar cursos de graduação de boa qualidade a distância, utilizando novas tecnologias para reduzir as diferenças e criar movimentos significativos de inclusão. Isso está configurando-se nessa rede de 25 universidades – apoiada pelo MEC/UAB e o Fórum das Estatais (Banco do Brasil) –. Esses esforços estão contribuindo de maneira efetiva para a criação de uma nova cultura de educação a distância no meio acadêmico e mostrando que a educação a distância é uma ferramenta essencial para apoiar o novo modelo de políticas públicas de inclusão social por meio da educação no país.

7.2 Aspectos Relevantes na Formação do Administrador

A formação profissional é caracterizada como um sistema intencional para criar habilitações, tanto quanto possível, permanentes, para os papéis que a sociedade exige na produção de bens e serviços. A formação profissional aqui assinalada é a que trata da formação escolar ou acadêmica: é o processo que envolve a maioria das profissões, tanto de nível médio como superior, e consiste em um ‘currículo’ composto de ‘matérias’ ou ‘disciplinas’, carga horária com base em pressupostos educacionais, socioeconômicos e filosóficos, envolvendo no processo de aprendizagem/formação, tanto assuntos teóricos como práticos.

A escolha do curso de graduação em administração, como projeto-piloto da UAB/MEC, decorreu da existência de uma significativa demanda e pela relevância do papel do administrador na sociedade, revelou-se adequada. Na definição dessa escolha, não foram encontradas restrições pedagógicas no processo de aprendizagem do aluno e futuro profissional em administração, que poder ser feita por meio de conteúdos que lhes são ensinados em nível presencial ou na modalidade a distância.

Registre-se que o administrador possui um amplo campo de atuação. Destacam-se, entre essas áreas: a Administração Financeira; Administração de Material; Administração Mercadológica/Marketing; Administração de Produção; Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos/Relações Industriais; Orçamento; Organização e Métodos e Programas de Trabalho e demais campos conexos. Nesse sentido, veja a Lei nº. 4.769, de 9 de setembro de 1965, que "*Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências*", bem como a legislação complementar. Para cumprir o seu papel, no mundo contemporâneo, o administrador necessita ter uma formação acadêmica de boa qualidade.

8 Convergência Entre Educação Presencial e a Distância

O debate sobre o “blended learning”, ou seja, o ensino e aprendizagem semi-presencial revela-se relevante no contexto atual, em termos práticos e acadêmicos. Inúmeros autores, como por exemplo, Sangrà (2002), Aretio (2004), Matias-Pereira (2005), entre outros, mostram que o caminho da educação passa pela convergência entre o presencial e o virtual, na combinação integrada de tempos e espaços, tornando o currículo flexível. No Brasil temos o limite dos vinte por cento. Outros países estão implantando o ensino semi-presencial ou blended learning sem limites legais.

Apoiado na extensa literatura científica aqui citada é possível argumentar que a educação presencial e a virtual convergem para se complementarem na medida em que a educação pode apropriar-se das possibilidades de criatividade da educação virtual para melhorar e ampliar os seus processos e ações orientadas para o ensino-aprendizagem. Por sua vez, a educação virtual como sistema se beneficia da metodologia de trabalho educativo e de comunicação, torna-se indispensável para os casos em que a finalidade da relação na rede vai além da simples busca de informação.

Observa-se, por sua vez, que inúmeras universidades públicas desenvolveram, nos últimos anos, projetos de ensino aberto com o objetivo de oferecer aos professores das disciplinas de graduação um ambiente virtual para ser usado livremente pelos docentes e alunos como apoio ao ensino presencial. Verifica-se, nesses esforços, a crescente utilização do Moodle e do Sloodle como ferramentas para apoio ao ensino presencial, possibilitando dessa forma aumentar a “virtualização” do ensino presencial. Esses projetos representaram uma iniciativa significativa para a expansão do uso de ambientes virtuais. A adesão ao uso dessa tecnologia, entretanto, não ocorreu de forma uniforme entre as diferentes universidades e unidades de ensino. Destacam-se, entre essas instituições, as experiências positivas em curso da Unicamp, UFRJ, UnB, UFSC, UFMT, entre outras.

Com base nessas transformações podemos argumentar que no médio prazo os conceitos entre curso presencial e a distância não serão mais os mesmos, visto que não teremos mais cursos presenciais puros (SANGRÀ, 2002a, ARETIO, 2004). Os modelos de gestão das universidades, também, terão que ser redefinidos, com vista a se ajustarem a essas mudanças na organização dos processos de ensino-aprendizagem. A crescente flexibilização que será exigida para os novos cursos, a forma de utilização dos tempos,

espaços, gerenciamento, interação, metodologias, tecnologias, avaliação não serão mais as mesmas. Essa nova concepção de educação irá exigir profundas modificações institucionais e culturais na gestão e nos projetos político-pedagógicos dos cursos, na concepção das aulas, na utilização de técnicas, de comunicação e de pesquisa nas universidades. Nesse sentido, as áreas envolvidas com a educação a distância nas instituições de ensino superior têm um papel essencial nessas mudanças. Isso deve ser feito por meio da intensificação da atração e envolvimento das direções e grupos de professores das faculdades, institutos e departamentos no esforço de facilitar essa interação entre a educação presencial e o virtual.

Conclusões

A partir do debate sobre a teoria e o conceito de educação a distância, buscamos avaliar neste artigo as possibilidades de utilização intensiva da EaD, no contexto das novas políticas públicas de educação, como instrumento de inclusão social no Brasil. Nesse esforço podemos destacar as seguintes considerações:

O avanço e utilização de novas tecnologias comunicativas, segmento onde o acesso tende a se tornar cada vez mais barato, aliado a uma crescente necessidade de formação e educação da cidadania, são fatores que contribuem para a viabilização da educação a distância no Brasil. O uso intensivo das novas tecnologias, caracterizadas pela interatividade e pela sua capacidade de uso individualizado, permite-nos argumentar que o processo de aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas e cabe a escola repensar seus valores para capacitar o aluno a aprender qualquer assunto que lhe interessa. O ensino a distância apresenta-se como uma ferramenta importante no contexto desse novo paradigma, visto que pode atender um grande universo de pessoas dispersas geograficamente, além de permitir a atualização constante das informações, em especial, por meio da Internet.

Nos debates e análises feitas ao longo deste artigo ficou razoavelmente evidenciado que, para viabilizar-se, a EaD deve buscar superar os seguintes obstáculos: permitir o acesso; implementar um sistema educacional mais personalizado; elevar a flexibilidade dos sistemas de estudo; produção de materiais e contextos mais interativos; equilibrar a personalização com a cooperação; e a busca permanente da qualidade do ensino-aprendizagem. Deve-se assinalar que a educação a distância e a educação presencial não devem ser vistas como formas de educação antagônicas, mas entendidas como modalidades diferenciadas, com peculiaridades e características específicas, que não são excludentes.

Por sua vez, as universidades públicas que ofertam a EaD, explorando as possibilidades de uso pedagógico das tecnologias digitais, estão enfrentando inúmeros desafios de gestão, nos custos de pessoal e de tecnologia para criar produtos multimídia. Nesse sentido, é essencial que o Estado, em sintonia com a sociedade organizada, seja capaz de construir políticas públicas de educação consistentes, capazes de gerar os estímulos necessários para oferta educação de boa qualidade para a população, tanto nos níveis presencial como a distância.

Na ampliação dessas ações – tanto em termos de estímulos governamentais como de desenvolvimento de pesquisas – é essencial orientar novas práticas de educação a distância, pois elas irão contribuir para estreitar as interfaces que existem com a educação presencial, que se entrelaçam e se complementam nos diversificados ambientes de ensino e aprendizagem. Ficou razoavelmente evidenciado que a educação a distância, num contexto onde a aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas, e em que pese às limitações assinaladas, se apresenta como uma ferramenta relevante no processo de construção de políticas públicas inclusivas de educação no Brasil.

Referências

- ARETIO, Lorenzo García Educación a Distancia: Analisis de su eficacia. Madrid: UNED, 1986.
- ARETIO, Lorenzo García Educación a Distancia hoy. Madrid: UNED, 1996.
- ARETIO, Lorenzo García Actas y congresos. El material impreso en la enseñanza a distancia. UNED, 1997.
- ARETIO, Lorenzo García. Editorial del Newsletter de la Cátedra UNESCO de Educación a Distancia, octubre de 2004.
- ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Aumenta Procura por cursos a Distância. Disponível em <http://www.abed.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=14&infoid=309>. Acessado em 08 de abril de 2007.
- ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. ABED, 2005.
- BAKER, D. Inequality across societies: families, schools and persisting stratification. 1st ed. Amsterdam - London: JAI, 2004.
- BECKER, F. O que é Construtivismo? São Paulo: FDE; 1994, p. 87-92. Disponível em:

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_pm87-093_c.pdf. Acessado em 25 de março de 2007.

BECKER, G. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*. New York: Columbia University Press, 1975. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>. Acessado em 21 de abril de 2007.

BRASIL Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo de Educação Superior 2005*. Brasília: MEC/INEP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo de Educação Superior 2006*. Brasília: MEC/INEP, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *SINAES: da concepção à regulamentação*. Brasília, Brasília: INEP, 2004.

FREIRE, P. *Papel da educação na humanização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 1997.

HOLMBERG, Börje. *Educación a distancia: situación y perspectivas*. Buenos Aires: Editorial Kapeluz, 1985a.

HOLMBERG, B. *Status and Trends of Distance Education*, 2nd. Edition, Sector Publishing, Siveden, 1985b.

HOLMBERG, B. *Theory and practice of distance education*. Nova York: Routledge, 1989.

KEEGAN, S. D, HOLMBERG, B., MOORE, M. G., et alii. *Distance education International perspectives*. London: Routledge, 1991.

KEEGAN, D. *Foundations of distance education*. 2nd. Edition. London: Routledge, 1991.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência – O futuro do pensamento na era da informática*. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

LITWIN, E. (org). *Educação a Distância: Temas para o debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAIA, M. C. e ABAL, M. *Distance Training: Case Study in Europe*. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, IV, 2001. Anais. Guarujá: SIMPOI, 2001.

MATIAS-PEREIRA. J. *Evolução dos Conceitos de Educação a Distância*. Brasília: PPGA/UnB, 2005.

MATIAS-PEREIRA. J. et. al. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Administração a Distância*. Brasília: UAB/MEC, 2006. Disponível em <http://www.adm-ead.unb.br>.

MATIAS-PEREIRA. J. *Educação a Distância Como Instrumento de Inclusão Social no Brasil*. Brasília. Anais do Congresso Virtual Brasileiro de Administração - Convibra, 7 e 8 de dezembro de 2007a. Disponível em: www.convibra.com.br/2007.

MATIAS-PEREIRA. J. *Políticas Públicas de Educação a Distância no Brasil*. Brasília, CEAD/UnB, março de 2007b. Disponível em: www.cead.unb.br.

MATIAS-PEREIRA. J. *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007c.

MATIAS-PEREIRA. J. *Curso de Gestão Pública*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS-PEREIRA. J. e SANABIO, Marcos Tanure. *Universidade Aberta do Brasil: Um estudo de caso do processo de institucionalização e gestão do curso de graduação em Administração*. Rio de Janeiro: Anais do ENANPAD 2007, setembro de 2007, p. 1-15.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Formação do administrador profissional*. Revista Brasileira de Administração, São Paulo, ano XV, n.50, p.24-25, set.2005.

MOORE, M.G. *Distance Education: a learner's system. Lifelong learning: an omnibus of practice and research*, v. 12, n.8, p. 8-11, 1989.

MOORE, M. G.; KEARSELY, G. *Distance Education: Systems View*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1996.

MOORE, M.G., ANDERSON, W.G. *HandBook of Distance Education*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2003.

MOTA, R. “Brasil e Espanha interagem em prol da EAD” (entrevista). São Paulo: Universia Brasil, 02 de junho de 2006. Disponível em <http://www.universiabrasil.net>

MOTA, Ronaldo. MEC e a Educação a Distância (entrevista). Brasília: SEED/MEC), 2007a. Disponível em <http://www.seednet.mec.gov.br/entrevistas.php?codmateria=1272>.

MOTA, Ronaldo. Universidade Aberta do Brasil. ABRAEAD, 2007b. Disponível em http://www.abraead.com.br/artigos_ronaldo.html

PETERS, O. Didática do ensino à distância. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

PETERS, O. Learning and teaching in distance education: Analysis and interpretations from an international perspective. London, UK: Kogan Page, 1998. Disponível em <http://fernuni-hagen.de/ZIVV.v2-ch40a.htm>. Acesso em 21 de março de 2007.

PIAGET, J. Development and learning. In: LAVATELLY, C.S.; STENDLER, F. Reading in child behavior and development. New York: Hartcourt Brace Janovich, 1972.

PIAGET, J. Epistemologia Genética. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ROSENBERG, M. J. E-Learning – Strategies for delivering knowledge in the digital age, New York: McGraw-Hill, 2001.

RYAN, S. et al. The virtual university: The Internet and resource-based learning. London: Kogan Page, 2000.

SANGRÀ, A. “Educación a distancia, educación presencial y usos de la tecnología: una tríada para el progreso educativo”.

EDUTEC, Revista Electrónica de Tecnología Educativa, núm. 15. Palma de Mallorca: Grupo de Tecnología Educativa, Universitat de les Illes Balears, 2002a.

SANGRÀ, A. “Éducation en presence et à distance: point d’encounter”. In GONZALEZ SANMAMED, M., et al. Presence e distance dans la formation à l’échange. Pavia: Íbis, 2002b.

SCHWARTZMAN, S. Educação e pobreza no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S. et al. Educação e pobreza na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006, p. 9-37.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WEDEMEYER, C. Learning at the Back-door. Madison: University of Wisconsin, 1981.

About Author:

José Matias-Pereira: Professor-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília. Doutor em Ciência Política – área de *Governo e Administração Pública* - pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madri, Espanha. Pós-Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Autor, entre outros livros, de: *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*, 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2006; *Manual de Gestão Pública Contemporânea*, São Paulo: Atlas, 2007; e *Curso de Administração Pública*, São Paulo: Atlas, 2008.